



Empoderamento de Comunidades Rurais e o Estabelecimento de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável: Estudo de Caso nos Arais da Ribanceira, Imbituba – SC

Sofia Zank¹, Natalia Hanazaki¹, Ana Luiza Arraes de Alencar Assis², Walter de Boef^{2,3} & Nivaldo Peroni¹

Recebido em 01/10/2012 – Aceito em 11/10/2012

RESUMO – Neste trabalho o nosso objetivo foi analisar o empoderamento da comunidade dos Arais da Ribanceira, no município de Imbituba (SC), que luta pelo reconhecimento de sua tradicionalidade e pelo estabelecimento de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Os estudos de empoderamento no contexto de unidades de conservação colaboram para estabelecer uma forma de conservação da biodiversidade que realmente possibilite a inclusão e o envolvimento das comunidades locais no processo de conservação. Para a coleta de dados utilizaram-se entrevistas com membros de unidades familiares, lideranças e agentes externos, além de oficinas e ferramentas de pesquisa participativa com a comunidade e lideranças locais. O empoderamento da comunidade dos Arais da Ribanceira é mais desenvolvido no domínio social, quando comparado com os domínios legal e econômico. A ameaça de perda do território foi a principal motivação que permitiu a organização da comunidade e diversas atividades de manejo comunitário colaboraram para o empoderamento local. A organização e mobilização da comunidade dos Arais da Ribanceira são fatores que facilitam o processo de criação de uma unidade de conservação de uso sustentável.

Palavras-chave – conservação *in situ*; empoderamento; manejo comunitário de biodiversidade; recursos vegetais; unidades de conservação.

ABSTRACT – In this study our objective was to analyze the empowerment of the community *Arais da Ribanceira*, in the municipality of Imbituba (Santa Catarina, Brazil). People from this community are engaged in a struggle for the recognition to maintain the traditional livelihood and for the establishment of a Sustainable Development Reserve, a protected area of sustainable use. Studies of empowerment in the context of protected area management collaborate to establish a kind of biodiversity conservation that actually allows the inclusion and involvement of local communities in the conservation process. Data were collected through interviews with members of household units, local leaders and external stakeholders, and through workshops and use of participatory research tools with the community and local leaders. The empowerment of the community of *Arais da Ribanceira* is more developed in the social domain, as compared to the legal and economic domains. The threat of losing its territory was the main motivation that allowed the organization of the community, and several community management activities contributed to the local empowerment. The organization and mobilization of the community of *Arais da Ribanceira* are factors that facilitate the process of creating a Sustainable Development Reserve.

Key words – community biodiversity management; empowerment; *in situ* conservation; plant resources; protected areas.

Afiliação

¹ Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, Programa de Pós-Graduação em Ecologia, Laboratório de Ecologia Humana e Etnobotânica, Florianópolis, SC, Brasil, CEP: 88040-970.

² Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, Programa de Pós-Graduação em Recursos Genéticos Vegetais, Laboratório de Ecologia Humana e Etnobotânica, Florianópolis, SC, Brasil, CEP: 88040-970.

³ Wageningen University and Research Centre-Wageningen UR, Centre for Development Innovation-CDI, Wageningen, Países Baixos.

E-mails

sofiazank@yahoo.com.br, natalia@ccb.ufsc.br, anaarraes@gmail.com, peronin@gmail.com, walterdeboef@gmail.com

RESUMEN – En este estudio, nuestro objetivo fue analizar el empoderamiento de la comunidad de *Areais da Ribanceira*, en la municipalidad de Imbituba (Santa Catarina, Brasil), en la lucha por el reconocimiento de su tradicionalidad y por el establecimiento de una Reserva de Desarrollo Sostenible. Los estudios de empoderamiento en el contexto de áreas protegidas colaboran para una forma de conservación de la biodiversidad que permite la inclusión y la participación de las comunidades locales en el proceso de conservación. Para recopilar los datos se utilizó entrevistas con miembros de las unidades familiares, con líderes y actores externos, y talleres e herramientas de pesquisa participativa con los líderes comunitarios y locales. El empoderamiento de la comunidad de *Areais da Ribanceira* tiene un mayor nivel de desarrollo vinculado a el dominio social, en comparación con los dominios legal y económico. La amenaza de la pérdida de territorio fue la motivación principal que ha permitido la organización de la comunidad y diversas actividades de gestión de la comunidad contribuyeron a la autonomía local. La organización y la movilización de la comunidad de *Areais da Ribanceira* son factores que facilitan el proceso de creación de una área protegida de uso sostenible.

Palabras clave – áreas protegidas; conservación in situ; empoderamiento; recursos vegetales; manejo comunitario de la biodiversidad.

Introdução

A importância da participação de populações locais nas estratégias de conservação *in situ* é uma discussão que se fortaleceu e se ampliou ao longo das últimas décadas. Esta perspectiva é visível no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza que incorpora como uma de suas diretrizes “assegurar a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação” (SNUC 2000). A participação das comunidades locais pode ocorrer de diversas formas, devido aos objetivos diferenciados das categorias de unidades de conservação (UC) e também pela especificidade vinculada aos sistemas locais de manejo e conservação dos recursos utilizados pelas comunidades locais. Alguns autores sugerem que a participação efetiva de comunidades no processo de conservação *in situ* da biodiversidade ocorre através do processo de empoderamento (De Boef *et al.* 2012, 2013).

Na década de 1980, sob influência dos trabalhos de Paulo Freire – como a “pedagogia do oprimido” e “educação como prática da liberdade” (Freire 1986, 1988) – o empoderamento começou a ser visto como uma estratégia de transformação social, buscando habilitar grupos sociais excluídos para definir e reivindicar coletivamente seus direitos (Lutrell *et al.* 2007). Empoderamento pode ser definido como um processo que ajuda indivíduos, ou grupos de indivíduos, a adquirir controle sobre suas próprias vidas, aumentando a sua capacidade de trabalhar com assuntos que eles mesmos definam como importantes (Eyben *et al.* 2008).

Alsop & Heinsohn (2005) ressaltam que o empoderamento é influenciado por duas forças dinâmicas e complementares: a agência e a estrutura. A agência é a capacidade de indivíduos ou grupos de indivíduos de atuar de maneira independente e assim tomar as suas próprias decisões. A estrutura compõe-se das normas, forças ou instituições (como por exemplo a classe social, religião, gênero, etnia e costumes) que limitam ou influenciam as oportunidades que determinam ações de indivíduos.

Como o empoderamento envolve transformação, ou seja, uma profunda mudança na maneira como as pessoas vivem as suas vidas, para que ele possa ocorrer são necessários três elementos: os meios, processos e fins (Kabeer 1999). Os meios de empoderamento são os direitos, recursos, capacidades e oportunidades, que aumentam a habilidade das pessoas de fazer escolhas (Bartlett 2008). Os meios podem ser fornecidos ou adquiridos como parte da transformação. A questão principal é o que as pessoas fazem com estes meios. O processo do empoderamento muitas vezes é visto em termos de “fazer escolhas”, mas isto é uma simplificação. O processo envolve diferentes etapas como a análise, a tomada de decisão e a ação (Bartlett 2008). É a habilidade de definir uma meta e agir para tal. Apenas quando o processo é auto-dirigido é que podemos dizer que o empoderamento está ocorrendo. O objetivo final do empoderamento são as pessoas tomando grande controle sobre suas vidas (Bartlett 2008).



Até a década de 1990, o termo empoderamento raramente era discutido e utilizado entre cientistas das áreas ambientais, como a biologia e agricultura (Bartlett 2008). Atualmente este termo é amplamente utilizado nas abordagens da pesquisa participativa, que buscam gerar condições para que as pessoas se empoderem por meio da construção de seu próprio conhecimento, num processo de ação e reflexão, ou conscientização, usando os termos de Paulo Freire (Gaventa & Cornwall 2006, De Boef & Pinheiro 2007).

O Manejo Comunitário de Biodiversidade (também conhecido por CBM, ou *Community Biodiversity Management*) pode ser entendido como uma metodologia usada entre as comunidades locais e agentes e instituições de desenvolvimento, que incorpora elementos de conservação e desenvolvimento sustentável, com o objetivo de contribuir para a conservação *in situ*. Esta metodologia também pode ser desenvolvida localmente com menor intervenção de agentes externos. O CBM é um exemplo de abordagem participativa, que colabora para o empoderamento de comunidades rurais. O objetivo da abordagem do Manejo Comunitário de Biodiversidade é assegurar que as comunidades tenham a capacidade de manejar a sua diversidade biológica, onde está incluída agrobiodiversidade, uma vez que elas dependem, e continuam influenciando, na estruturação e na adaptação desta diversidade para satisfazer as suas necessidades, conforme os distintos ambientes (De Boef *et al.* 2013, Shrestha *et al.* 2012). Esta abordagem foi inicialmente desenvolvida junto a comunidades rurais do Nepal e atualmente é utilizada em diferentes países, como a Índia, Etiópia e Brasil.

Com o intuito de avaliar os efeitos das estratégias de Manejo Comunitário de Biodiversidade no empoderamento de comunidades rurais, foi desenvolvido no ano de 2009 o programa de “Estudo global de empoderamento comunitário para a realização de conservação *in situ* de recursos genéticos vegetais” (Thijssen *et al.* 2012). Este estudo global de CBM e empoderamento analisou as experiências de manejo comunitário da agrobiodiversidade em quatro países: Brasil, Índia, Nepal e Etiópia.

No Brasil, uma das áreas selecionadas para o desenvolvimento do estudo sobre o processo de empoderamento foi a região dos Areais da Ribanceira, em Imbituba (SC), onde agricultores e pescadores tradicionais buscam a manutenção de suas práticas tradicionais de manejo de recursos vegetais através da criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS). As discussões sobre aspectos do empoderamento assumem um papel fundamental para a conservação da biodiversidade na lógica de unidades de conservação (UC) de uso sustentável. As UC de usos sustentável, principalmente as categorias RDS e RESEX (Reserva Extrativista), são uma estratégia de garantia de território para as comunidades tradicionais e da manutenção do modo de vida destas populações. Por outro lado, para que a conservação ambiental realmente ocorra – que é o principal objetivo das UC – é fundamental que estas populações estejam conscientes de seus direitos e responsabilidades e sejam capazes de gerir este território de forma sustentável.

No escopo das discussões sobre conservação da biodiversidade, Dressler *et al.* (2010) discutem que o manejo comunitário de recursos naturais - que incorpora discussões como empoderamento, participação e descentralização - passa por uma crise de identidade. Nosso argumento aqui é que estudos sobre o processo de empoderamento são como uma ferramenta valiosa para compreender os processos locais, os pontos fracos e fortes, identificando onde e como devem ser investidos esforços para garantir que a comunidade se aproprie dos objetivos de conservação e consiga trabalhar de forma mais autônoma e consciente. Estes estudos colaboram, portanto, para uma forma de conservação da natureza que realmente possibilite a inclusão e o envolvimento das comunidades locais no processo de conservação. Assim, este trabalho teve como objetivo analisar o empoderamento da comunidade dos Areais da Ribanceira, que luta pelo reconhecimento de sua tradicionalidade e o estabelecimento de uma RDS. Este artigo discute também as relações existentes entre empoderamento, manejo comunitário da biodiversidade e conservação *in situ*, destacando o processo de luta por território.

Área de estudo

O município de Imbituba localiza-se no litoral centro-sul de Santa Catarina, 90 km ao sul da capital Florianópolis e tem uma população de cerca de 40.000 habitantes (IBGE, 2010). A área de estudo está localizada no domínio da Mata Atlântica, ocorrendo na região um mosaico de diferentes ecossistemas de restinga e de floresta ombrófila densa, como lagoas, banhados, restinga arbórea, restinga herbácea, restinga arbustiva, butiazais e floresta ombrófila densa submontana (Fabiano 2007, 2008).

Na região dos Areais da Ribanceira existe uma problemática fundiária relacionada ao uso da terra. A área é utilizada tradicionalmente por agricultores e pescadores para o cultivo, principalmente de mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) por meio do sistema de agricultura itinerante. Segundo Barbosa (2011), o uso e ocupação do território dos Areais da Ribanceira pelos agricultores de Imbituba ocorrem há quase 200 anos. Estas eram terras públicas pertencentes ao governo e ao longo do tempo algumas famílias, e também empresas, foram adquirindo áreas de cultivo por meio de doação. Na primeira metade do século XX, uma empresa passou a ser a principal donatária das terras de Imbituba, chegando a possuir cerca de 70% da área dos Areais da Ribanceira, arrendando as terras para os agricultores (Barbosa 2011).

Na década de 1970, com o intuito de criar um complexo industrial carboquímico no município, foi realizada a desapropriação das terras dos Areais da Ribanceira, tanto a empresa como todas as famílias que possuíam título de terras foram desapropriadas. Apenas uma indústria carboquímica foi instalada e esteve em atividade de 1979 a 1992. Mesmo com a desapropriação a forma de uso da terra na região não se alterou, as famílias continuaram cultivando, independente de quem detinha o domínio da terra (Barbosa 2011).

No ano 2000, a área dos Areais da Ribanceira passou a ser de domínio privado, a partir deste momento os agricultores e pescadores passam a enfrentar sérios conflitos para a manutenção de suas práticas tradicionais neste território. Em 2002, por meio da iniciativa de uma líder comunitária, os agricultores criaram a Associação Comunitária Rural de Imbituba (ACORDI), cujo objetivo principal é a regulamentação do uso de suas terras pelo seu reconhecimento como população tradicional. A comunidade luta pela posse de seu território através de duas frentes, pela implantação de uma Unidade Conservação (Reserva de Desenvolvimento Sustentável dos Areais da Ribanceira) ou de um assentamento rural (Zank *et al.* 2013).

A proposta de criação da RDS dos Areais da Ribanceira foi apresentada pela Associação Comunitária Rural de Imbituba em agosto de 2005. A área proposta para RDS abrange ambientes de agricultura e de ecossistemas de restinga e de floresta ombrófila densa. Estes ambientes são utilizados também para a extração de recursos vegetais não madeireiros, como as plantas medicinais e butiá (*Butia catarinensis* Noblick & Lorenzi). A área total proposta para a RDS é de aproximadamente 2100 hectares e parte da área está incluída na APA da Baleia Franca (Fabiano 2008).

Em 2008, a ACORDI convidou professores da UFSC para participar da feira da mandioca, evento organizado anualmente. A partir deste momento projetos de pesquisa e extensão passaram a ser desenvolvidos em parceria com a comunidade dos Areais, buscando identificar e registrar as práticas tradicionais de uso de recursos e território.

Em julho de 2010 ocorreu uma ação de reintegração de posse para uma empresa, deixando os agricultores com acesso a apenas 20 hectares e gerando diversas perdas para a comunidade. Quatro agricultores tiveram suas casas demolidas, plantações foram destruídas, um dos acessos aos Areais foi fechado, áreas foram cercadas dificultando a circulação dos agricultores. O medo da perda de todo território e das construções coletivas como o galpão comunitário e o engenho de farinha da comunidade motivaram a organização da comunidade para um movimento de resistência que contou com a participação de diversas instituições parceiras, como Movimento



dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e UFSC. Atualmente os agricultores continuam resistindo às pressões de ocupação do território e permanecem utilizando a área dos Areais.

Os agricultores dos Areais da Ribanceira desenvolvem algumas práticas que podem ser consideradas como práticas locais de Manejo Comunitário de Biodiversidade (Shrestha *et al.* 2013), como a feira da mandioca e um engenho comunitário de farinha. A feira da mandioca iniciou-se no ano de 2004 com o intuito de divulgar a luta da comunidade para manter seus costumes e o uso da terra, além de ser uma fonte de recursos financeiros para a associação. Nesta feira ocorrem palestras, apresentações culturais e são comercializados diversos pratos típicos à base de mandioca. O engenho comunitário de farinha de mandioca foi inaugurado em 2010 e possibilita que os agricultores processem coletivamente e com um custo menor a mandioca que é cultivada nas roças dos Areais. As práticas de manejo comunitário na região dos Areais foram de iniciativa da própria comunidade local, como uma forma de organização e luta por seus direitos de território. Neste estudo compreende-se por comunidade o grupo de agricultores/pescadores que utilizam a região dos Areais da Ribanceira e estão organizados na ACORDI. Assim, os termos comunidade e associação muitas vezes se confundem neste estudo, visto que os agricultores se reconhecem como comunidade na associação, através de sua busca por um objetivo comum – o direito de território.

Métodos

A metodologia para a coleta de indicadores e avaliação de empoderamento foi desenvolvida a partir de reuniões com membros das diferentes instituições envolvidas no projeto (Local Initiatives for Biodiversity, Research and Development – LI-BIRD, Nepal; MS Swaminathan Research Foundation – MSSRF, Índia; EOSA – Ethio-Organic Seed Action, Etiópia; Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Embrapa – Brasil; Bioversity International; Wageningen University and Research Centre for Development Innovation – Wageningen UR-CDI, Países Baixos), buscando um mesmo conjunto de métodos que fossem aplicáveis aos contextos dos diferentes países. Em cada país, foram selecionadas de três a sete localidades para o desenvolvimento do estudo. Para a organização de indicadores de empoderamento, foram selecionados três principais domínios: social, legal e econômico. Para cada domínio foi elaborada uma planilha com tópicos, questões e indicadores. Desta forma, foi elaborada uma estrutura hierárquica de análise, onde os indicadores estavam guiados pelas perguntas dentro de cada tópico. A partir das planilhas foram definidas as formas de coleta de dados e as ferramentas a serem utilizadas. As perguntas dos indicadores foram transformadas em roteiros de entrevistas estruturadas e em roteiros para a aplicação de ferramentas participativas. Foram selecionadas as seguintes ferramentas participativas: gráfico histórico, matriz histórica de variedades, diagrama de Venn, diagrama de atores e fluxos, matriz de tomada de decisão externa e interna, e análise social de controle/colaboração, legitimidade, interesse e poder – CLIP (De Boef & Thijssen 2007).

Foram definidos os seguintes momentos de coleta de dados: entrevistas com membros de unidades familiares, entrevistas com agentes externos (agentes de conservação, desenvolvimento e governo local), entrevistas com líderes comunitários, oficina com a comunidade e oficina com grupos focais (lideranças). As entrevistas com agentes externos foram efetuadas com o secretário municipal de agricultura de Imbituba, a chefe da APA da Baleia Franca e com o responsável técnico da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) no município de Imbituba.

Em relação às unidades familiares, o universo amostral era formado pelos associados da ACORDI que utilizavam a área dos Areais para cultivo, o que totalizava cerca de 40 unidades familiares no ano de 2010 (Cavechia 2011). Os membros da ACORDI foram classificados entre mais ativos e menos ativos em relação às práticas de Manejo Comunitário da Biodiversidade, através de uma

avaliação da líder comunitária e da percepção de pesquisadores. Foram realizadas 33 entrevistas em unidades familiares, sendo 16 com agricultores mais ativos e 17 com menos ativos. A coleta de dados nos Areais da Ribanceira foi realizada entre os dias 13 e 27 de janeiro de 2010.

Na oficina com a comunidade local estavam presentes 20 agricultores, sendo 15 homens e cinco mulheres. Durante a oficina foram empregadas seis ferramentas participativas (De Boef & Thijssen 2007): gráfico histórico da comunidade, matriz histórica de variedades locais, diagrama de Venn e de atores e fluxos, matriz de tomada de decisão externa e interna. Nesta oficina obtiveram-se informações sobre as principais instituições parceiras, sobre a tomada de decisão nas práticas CBM e sobre as mudanças nos bens materiais, no conhecimento e uso variedades de plantas e animais em relação ao passado.

Na oficina com as lideranças estavam presentes três membros da diretoria da ACORDI, sendo dois homens e uma mulher. Foram empregadas duas ferramentas participativas (diagrama de atores e fluxos e análise social CLIP) onde foi possível adquirir informações sobre o acesso aos tomadores de decisão, fonte de recurso financeiro e identificar o perfil das instituições parceiras de acordo com o grau de poder, legitimidade e interesse.

Após a coleta de dados em campo, estes foram sistematizados através de tabelas e da produção de relatórios. Em maio de 2010 foi realizado um encontro com os pesquisadores das diferentes localidades do Estudo de CBM e Empoderamento-Brasil para definição comparativa de escalas e de escores para as respostas de cada indicador.

Foi elaborado um relatório final, no qual foram sistematizadas as informações levantadas nos diferentes momentos de coleta, com interpretação final dos resultados e a definição de um escore que variava de um a cinco, sendo o valor um correspondente ao empoderamento mínimo naquele indicador e o valor cinco correspondente ao empoderamento máximo. Com base nesse relatório final foi realizado o preenchimento da tabela de valores para cada indicador, para cada um dos três grandes domínios (social, legal, econômico). Desta forma, foi criada uma base de dados integrada, com dados qualitativos e dados quantitativos representados por escores numéricos.

Em novembro de 2010, foi realizado um seminário internacional com todos os países participantes do estudo, para a análise comparativa entre os locais de cada país. Neste seminário, os indicadores foram avaliados pelos resultados que geraram e alguns foram excluídos, por não apresentarem resultados consistentes que possibilitassem a comparação entre os diferentes locais.

Do universo de indicadores considerados consistentes para análises de empoderamento, foram utilizados nas análises deste artigo apenas os indicadores que permitiam relações com o estabelecimento de uma unidade de conservação e com a luta pelo reconhecimento de populações tradicionais. As informações levantadas nos diferentes momentos de coleta de dados foram sistematizadas na análise de 24 indicadores de empoderamento, sendo oito em cada domínio - social, legal e econômico (apêndice 1).

Os indicadores sociais foram organizados em quatro tópicos: consciência (dois indicadores), organização (três indicadores), tomada de decisão em nível local (dois indicadores) e influência (um indicador). Os indicadores legais foram organizados em oito tópicos, com um indicador por tópico: variedades locais dos agricultores e conservação; registro comunitário de biodiversidade; direitos de custódia; entidades jurídicas para a gestão da biodiversidade; acesso e repartição de benefícios (legal / formal); sensibilização/influência - governo local; acesso a fundos do governo e de outras instituições; capacidade e recursos para transformar os sistemas informais em sistemas formais. Os econômicos têm quatro tópicos: bens materiais (um indicador); renda familiar (um indicador); finanças e crédito (dois indicadores) e acesso ao mercado (quatro indicadores).

Adicionalmente, em julho de 2010, foi efetuada uma visita de intercâmbio no Brasil, em que pesquisadores da Índia e Nepal tiveram a oportunidade de visitar as localidades brasileiras,

acompanhados dos pesquisadores locais, para analisar comparativamente o contexto de cada localidade. Parte das discussões deste capítulo é oriunda do relatório de intercâmbio da equipe internacional no Brasil.

Resultados e discussão

Caracterização dos entrevistados nas unidades domésticas e das oficinas participativas

Foram realizadas 33 entrevistas em unidades familiares, sendo 16 com agricultores mais ativos e 17 com menos ativos, referindo-se às práticas de Manejo Comunitário da Biodiversidade. Destes, 26 eram homens e sete mulheres, sendo 14 homens e duas mulheres entre os mais ativos e 12 homens e cinco mulheres entre os menos ativos. A média de idade foi de 65 anos, tanto para os mais quanto para os menos ativos, demonstrando que os associados da ACORDI constituem-se principalmente de pessoas idosas que lutam pela continuação de seu modo de vida tradicional. Em relação à formação educacional, em 38% das unidades familiares dos mais ativos e 41% dos menos ativos o maior nível educacional foi o fundamental incompleto.

Em relação à renda familiar, em 30% das unidades familiares existe renda assalariada, 29% para mais ativos e 31% para menos ativos. Em 75% das unidades familiares dos mais ativos e em 88% dos menos ativos existe outra fonte de renda, sendo na maioria dos casos a aposentadoria. A renda média da agricultura representa apenas 23% da renda mensal dos agricultores.

Indicadores de empoderamento

Comparando os domínios de empoderamento, a comunidade apresenta valores superiores para os indicadores relacionados ao domínio social (Figura 1), em que a maioria dos escores está na categoria quatro e cinco. Os domínios legal e econômico têm indicadores com escores na menor categoria, demonstrando fragilidades nestes setores (Figura 1). No caso do domínio legal, os valores mais baixos são dos indicadores de registro comunitário de biodiversidade, direitos de custódia e de acesso e repartição de benefícios. Em relação ao domínio econômico, o indicador com valor mínimo é o de acesso e uso de crédito, valor agregado a produtos de variedades locais, mercado para estes produtos e capacidade de fixação de preços.

Para uma compreensão melhor do significado dos escores e da situação de empoderamento da comunidade, é necessário olhar com mais detalhe para cada domínio e compreender que aspectos levaram à pontuação de cada indicador.

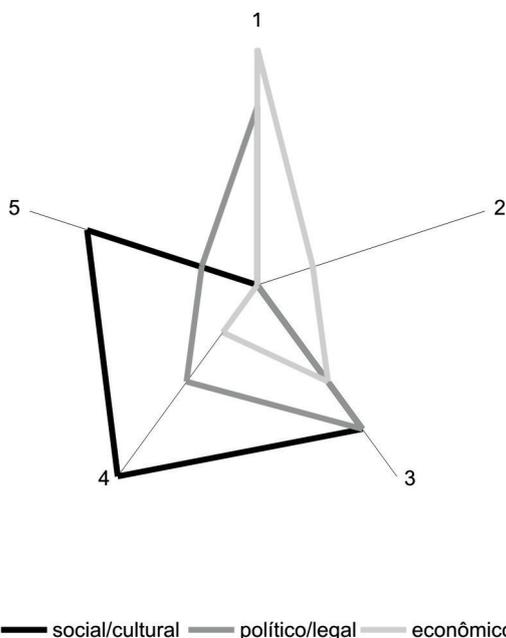


Figura 1 – Diagrama resumindo o número de indicadores em cada escore por domínio de empoderamento: social, legal e econômico.

Figure 1 – Diagram summarizing the number of indicators in each domain score for empowerment: social, legal and economic.

Domínio social

Em relação à sensibilização/consciência, os participantes da pesquisa relataram o aumento da valorização do conhecimento tradicional em relação ao passado e a existência de sensibilização/consciência dos costumes e direitos tradicionais, principalmente dos que estão relacionados ao uso da terra – principal luta da comunidade. Porém esta sensibilização/consciência dos direitos costumeiros e do valor do conhecimento tradicional ainda não é compartilhada por todos os membros da organização.

A comunidade está organizada através de diversas Organizações de Base Comunitária (associações locais da comunidade – ex: associação de agricultores, clube de mãe, etc.), sendo que todos entrevistados participam de pelo menos uma associação e sentem-se beneficiados por seu envolvimento em ações coletivas. A ACORDI, organização criada para sustentar a luta dos agricultores, possui colaborações com diversas organizações de base comunitária e instituições externas no nível municipal, estadual e federal, mas muitas destas colaborações são para questões específicas. Ocorre uma diferença no nível e estabilidade de participação dos membros da associação. Em relação aos mais ativos, a participação manteve-se alta ao longo do tempo, porém a dos menos ativos manteve-se baixa ou diminuiu. Os principais motivos para a diminuição da participação foram problemas de saúde e conflitos internos.

De maneira geral, as decisões tomadas em nível local pela organização de base comunitária geram satisfação a 94% dos entrevistados. Em relação à feira da mandioca, atividade que surgiu de uma iniciativa interna das lideranças locais, a tomada de decisão ainda não ocorre de forma estruturada, o que dificulta a participação da comunidade no processo como um todo. Desta forma, as principais decisões ainda são tomadas pelas lideranças, não envolvendo todos os associados. Por outro lado, a implementação da feira necessita o envolvimento e participação de todos associados, o que traz satisfação e resultados para os associados e garante a manutenção desta atividade.

Outro fator que influencia que a tomada de decisão fique mais vinculada às lideranças é a baixa escolaridade da maioria dos associados, que atualmente são aposentados. Durante a aplicação da matriz de tomada de decisão, alguns participantes comentaram que em certas situações preferem deixar as decisões para as lideranças, pois não possuem conhecimento ou sentem-se inseguros de tomar as decisões.

A ACORDI tem potencial de influência em relação às instituições externas, pois apresenta acesso aos tomadores de decisão em nível local (prefeitura) e federal (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA), além dos líderes e da organização serem reconhecidos tanto internamente quanto externamente.

Em relação ao empoderamento social, observa-se um avanço em relação ao passado, que foi possível principalmente pela organização dos agricultores em uma instituição legal, que permite o aumento de consciência, de capacidades e de mobilização para a luta por seus direitos. A presença de parcerias com outras instituições fortalece este movimento e colabora para aumentar a capacidade da comunidade em encontrar soluções para os seus problemas. Pesquisas etnobotânicas e o uso de metodologias de pesquisa participativa possibilitam reflexões na comunidade sobre a importância de seu conhecimento e de suas práticas tradicionais de manejo e geram novos conhecimentos colaborando, desta forma, para os meios necessários para que a transformação de empoderamento ocorra (Bartlett 2008, De Boef *et al.* 2013).

Para Eyben *et al.* (2008), na questão social o empoderamento ocorre como um processo, pelo qual as pessoas desenvolvem um senso e capacidade para agência, tanto em um nível de “poder individual dentro” quanto de “poder coletivo com os outros” – para aumentar a qualidade das relações sociais e de garantir respeito, dignidade e liberdade. Desta forma, percebe-se que algumas fragilidades do empoderamento social nos Arais estão no “poder individual dentro” já que a tomada de decisão ainda está muito vinculada às lideranças, o que torna o movimento dependente da presença atuante destas poucas pessoas.



Domínio legal

Em relação às variedades locais, os agricultores costumam exercer alguns de seus direitos, como a troca de sementes/ramas destas variedades e comercialização de produtos, principalmente farinha de mandioca. Porém, até o momento não ocorre comercialização de sementes/mudas de variedades locais e não existe o registro legal dessas variedades.

Não existe um sistema informal de registro comunitário de agrobiodiversidade - desenvolvido pelos próprios agricultores - e nem consciência sobre a importância deste. Atualmente o registro da agrobiodiversidade ocorre pelo desenvolvimento das pesquisas da UFSC, tais como as pesquisas sobre a diversidade intraespecífica de mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) (Pinto 2010), a dinâmica da agricultura itinerante e das redes de trocas na agrobiodiversidade local (Cavechia 2011) e sobre a extração do butiá (*Butia catarinensis* Noblick & Lorenzi) e a influência sobre a dinâmica populacional desta espécie (Sampaio 2011).

Quando os dados foram coletados, tanto os agricultores, como as lideranças comunitárias e os agentes externos desconheciam as políticas relacionadas aos direitos dos agricultores. Desta forma, a comunidade não estava ciente sobre seus direitos de custódia sobre os recursos genéticos e nem sobre o sistema de repartição de benefícios¹.

Um dos principais aspectos positivos relacionados ao empoderamento legal é o fato da comunidade estar organizada em uma instituição legal, a ACORDI, que sustenta as atividades CBM. As lideranças da ACORDI possuem capacidade de influenciar o governo local, e já apresentam alguns resultados que beneficiam as práticas CBM. Além disso, a comunidade tem capacidade para obter recursos financeiros para tais atividades, possuindo diversos parceiros de longo tempo que colaboram, por exemplo, no apoio financeiro da feira e na construção do engenho de farinha.

Existe consciência entre os agricultores dos seus sistemas informais tradicionais de manejo da agrobiodiversidade e da necessidade de transformá-los em sistemas formais, como uma forma de garantir sua manutenção. Duas alternativas que a comunidade percebe para formalizar seus sistemas tradicionais são o estabelecimento de uma reserva de desenvolvimento sustentável e/ou de um assentamento rural. Para alcançar este objetivo, eles desenvolveram parcerias com instituições que colaboram neste processo, como é o caso da UFSC, do ICMBio, do INCRA e do MST. Porém, até o momento ainda não possuem esse reconhecimento de seus sistemas tradicionais e não têm seu território assegurado.

Assim como observado no domínio social, o legal também está muito vinculado ao movimento de garantia de acesso à terra pela comunidade. Desta forma, os escores mais altos de empoderamento vinculam-se à organização da comunidade e de reconhecimento da sua tradicionalidade. Enquanto a comunidade não obtiver reconhecimento legal de seus direitos de propriedade da terra, ou tiver assegurado o seu acesso à mesma, será difícil para os agricultores avançarem na luta e mobilização por outros direitos.

A mobilização das pessoas em torno dos direitos, que no caso dos Arais da Ribanceira é muito vinculada às questões fundiárias de acesso à terra, é fundamental para o desenvolvimento de capacidades individuais e coletivas necessárias para engajar em negociações políticas (Eyben *et al.* 2008). Porém, segundo Eyben *et al.* (2008), empoderar os marginalizados através de organizações de base e de participação popular não podem, por si só, ser a solução para a reprodução sistemática de relações sociais desiguais. Mudanças efetivas frequentemente são estruturadas em uma coalizão entre sociedade civil e Estado. Desta forma, não é suficiente apenas atuar na agência dos indivíduos, mas também na estrutura que sustenta essas relações desiguais.

¹ Em etapas posteriores à coleta de dados, foi possível perceber que os agricultores estão aumentando seu grau de conhecimento e consciência sobre seus direitos. O desenvolvimento de pesquisas da Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC – tem colaborado para isso, um exemplo é o projeto de Cartografia Social desenvolvido pelo Departamento de Geografia da UFSC, que iniciou suas atividades em 2010 e está colaborando para a sensibilização da comunidade sobre seus direitos e para sua auto-afirmação, através da criação de um instrumento – fascículo com mapa social - para fortalecer o movimento social e a identidade coletiva dos Arais da Ribanceira.

Domínio econômico

Em relação à renda familiar, para os agricultores mais ativos e menos ativos, não houve mudança após o início das atividades de manejo comunitário. Isso ocorre principalmente pelo fato da produção agrícola ser voltada principalmente para subsistência direta e não com fins econômicos. A comunidade não tem acesso a crédito bancário, já que não existe a propriedade formal da terra por parte dos agricultores. Por outro lado, tem acesso a financiamentos externos para suas atividades coletivas, principalmente em forma de patrocínio para a feira anual da mandioca.

Como bens materiais coletivos, a comunidade possui duas estruturas coletivas *on farm*, o galpão e o engenho de farinha, como resultado da organização da comunidade e das práticas CBM. Foram consideradas aqui estruturas *on farm* as estruturas localizadas no espaço da comunidade e *off farm* aquelas que estão fora deste espaço, porém são estruturas comunitárias. Um exemplo de estrutura *off farm* seria uma loja de produtos locais no centro da cidade.

A associação possui também um fundo comunitário, onde são depositados os recursos adquiridos em financiamentos externos e também pelo pagamento de mensalidades pelos agricultores. A diretoria é responsável pela gestão deste recurso.

Como a produção ainda é voltada para a subsistência, a comunidade não dispõe de produtos com valor agregado, nem de acesso a mercados para a venda destes produtos e capacidade de influenciar preços de insumos e de serviços de terceiros. Porém, os agricultores já apresentam algum conhecimento e habilidade sobre agregação de valor, diversificação de cadeias produtivas e sobre como encontrar parceiros para cadeias produtivas.

O estabelecimento do engenho de farinha foi um passo importante para o empoderamento econômico da comunidade. Como o engenho é muito recente (julho 2010), tendo sido inaugurado após a coleta de dados, não foi possível identificar modificações na renda familiar dos agricultores envolvidos. Cabe ressaltar que para o estabelecimento de estratégias econômicas em longo prazo na comunidade é muito importante ter garantia de continuidade de acesso e uso da terra. A ausência de propriedade legal sobre o território é o principal fator que dificulta o empoderamento econômico, já que ocasiona insegurança para maiores investimentos na agricultura, além de impedir o acesso a crédito.

Nos Areais da Ribanceira ainda são necessários esforços para que a comunidade possa alcançar níveis mais altos de empoderamento econômico, que segundo Eyben *et al.* (2008), significa pessoas pensando além das necessidades imediatas de sobrevivência e assim estando aptos para exercer sua agência e escolha – negociando por uma distribuição mais justa dos benefícios do crescimento.

Empoderamento de comunidades locais e a conservação *in situ* – as RDS como oportunidade

As práticas de manejo comunitário de biodiversidade nos Areais da Ribanceira e, associado a elas, o empoderamento desta comunidade, surgiram por causa de uma necessidade interna da comunidade de garantir acesso ao território. Esta problemática não apenas encorajou os agricultores para criar uma associação, mas também criou uma causa comum para eles trabalharem coletivamente.

Segundo Oakley & Clayton (2000) existem diversas experiências de empoderamento que são vistas em termos de assegurar o acesso à terra para pessoas pobres e de provê-los com meios para a agricultura ser produtiva e sustentável. Este foco de empoderamento é baseado no fato da terra ser crucial para as pessoas de baixa renda que vivem em áreas rurais, principalmente para assegurar e sustentar seus modos de vida. A situação existente nos Areais da Ribanceira é uma oportunidade de aliar um processo de empoderamento de comunidades rurais com a conservação *in situ* da biodiversidade. A luta pela criação da RDS Areais da Ribanceira (solicitação da ACORDI protocolada junto ao MMA/ICMBio sob nº 02001.002582/2006-88) surge como uma importante



iniciativa comunitária para garantir o modo de vida tradicional desta população, além de colaborar com a preservação dos ecossistemas de restinga que ainda existem na região e que sofrem grandes ameaças pela expansão urbana e industrial.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (2000), além de ordenar os diferentes regimes de áreas protegidas, orientadas essencialmente para a conservação biológica, abre uma nova perspectiva, pois traz às populações tradicionais a possibilidade de garantia de seus direitos, principalmente quanto ao uso de seus territórios tradicionais, na medida em que estas desenvolvam práticas de manejo sustentável. Um dos objetivos gerais do SNUC é o de “proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente” (SNUC 2000). No momento em que o Poder Público reconhece o direito da população tradicional à sua terra, dentro de uma área protegida, esse grupo social assume uma responsabilidade de relevante interesse público. Esta responsabilidade fica inscrita no ato de criação da unidade, em contratos que são estabelecidos entre o órgão público e a população beneficiada, em que constam as formas de uso e manejo dos recursos naturais (Benatti 1999). Conforme abordado por Benatti (1999), o domínio da UC é da União, mas é realizado um contrato de concessão de direito real de uso que transfere o usufruto para a comunidade local. Desta forma, enquanto os interesses ambientais estiverem assegurados, estarão também assegurados os direitos das populações locais que utilizam essas áreas de forma menos impactante. Assim, a criação de uma UC nos Areais da Ribanceira possibilitará a garantia do direito real à utilização da terra, podendo este direito ser transferido para os herdeiros, desde que a comunidade continue colaborando para a conservação e o manejo sustentável dos recursos.

A atual organização e mobilização da comunidade dos Areais da Ribanceira são fatores que facilitam o processo de criação da RDS, já que a organização local é um fator importante para a implantação desta categoria de UC (WWF 2007), garantindo que a comunidade como um todo, esteja consciente de suas responsabilidades e direitos. Mesmo com estas questões positivas, existem na região forças políticas e econômicas que tentam desmobilizar a organização dos agricultores e transformar esta área de restinga e de campos de agricultura em um parque industrial (Fabiano 2007). Como observado por Eyben *et al.* (2008) é comum em diversos países, como a China, Vietnã, Índia e os países da América Latina, que o crescimento econômico vá diretamente contra os povos marginalizados. Desta forma, o empoderamento nos Areais da Ribanceira assume um conceito político, como definido por Lutrell (2007), que envolve uma luta coletiva contra relações sociais opressivas.

O papel das instituições externas, como as Universidades, é o de apoiar e fomentar o processo de empoderamento desta comunidade, tanto com o fortalecimento da sua agência, bem como na modificação de algumas estruturas que têm historicamente impedido a manutenção do modo de vida tradicional destas populações. Cabe ressaltar que, como foi lembrado por Bartlett (2008), se a agência é a chave real do empoderamento, ela se torna uma consequência do que as pessoas fazem por elas mesmas. Assim, o empoderamento não pode ser visto apenas como consequência de atividades de projetos, nem pode ser reduzido a um único objetivo mensurável. Ao invés disso, ele envolve a autonomia dos povos na conquista de suas próprias metas, na gestão de suas próprias atividades, e na avaliação de seu próprio desempenho (Bartlett 2008, De Boef *et al.* 2013).

Conclusões

Dentro da lógica do manejo comunitário da biodiversidade, o empoderamento da comunidade dos Areais da Ribanceira é mais desenvolvido no domínio social, quando comparado aos domínios legal e econômico. Um dos motivos das fragilidades de empoderamento nos domínios legal e econômico é a falta de resolução para a problemática do território.



O processo participativo de coleta de dados resultou em maior consciência da comunidade frente aos seus conhecimentos e práticas de manejo tradicional. Tal abordagem participativa permitiu que os agricultores fossem se apropriando de reflexões sobre os pontos fracos e fortes da organização comunitária e da luta por seus direitos. Isso também colabora para o processo de empoderamento da comunidade, que surge da ação e reflexão (Gaventa & Cornwall 2006).

Percebe-se que os processos e práticas comunitárias de manejo de agrobiodiversidade - como a criação da ACORDI, a feira da mandioca e o engenho comunitário - foram fundamentais para o processo de empoderamento da comunidade dos Areais. Porém estas práticas só vão resultar em conservação dos recursos vegetais se a população local tiver assegurado o acesso ao seu território. Desta forma, urge a necessidade de resolução dessa situação territorial, seja através da criação de uma RDS ou de algum outro mecanismo, desde que seja garantido o acesso ao território pela comunidade local, a manutenção do seu modo de vida tradicional e a conservação da biodiversidade.

Agradecimentos

À Associação Comunitária Rural de Imbituba (ACORDI) e aos agricultores-pescadores da região dos Areais da Ribanceira. À V. Lacerda, M. Giraldi, L. Cavechia, L. Sampaio, M. Pinto, E. Moura, A. Tempel pelo auxílio na coleta de dados. Ao Estudo Global de Manejo Comunitário de Biodiversidade e Empoderamento pelo apoio financeiro. À Direção-Geral da Cooperação Internacional (DGIS) do Governo dos Países-Baixos para o financiamento sob a Parceria DGIS-Wageningen UR do programa “Globalização e Desenvolvimento Rural Sustentável”. À equipe internacional de intercâmbio no Brasil pelas contribuições à pesquisa. Ao CNPq pelo apoio financeiro (projeto 478954/2009-3) e bolsa de produtividade em pesquisa para N. Hanazaki (306895/2009-9). À CAPES pelas bolsas de mestrado de S. Zank e A.L.A.A. Assis. À FAPESC pelo apoio financeiro (7032/20107).

Referências bibliográficas

- Alsop, R.; Heinsohn, N. 2005. Measuring empowerment in practice: structuring analysis and framing indicators. **World Bank Policy Research Working Paper** 3510.
- Barbosa, A.M. 2011. **Agricultores e pescadores dos Areais da Ribanceira, Imbituba – Santa Catarina: uso comum da terra e território tradicional**. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.
- Bartlett, A. 2008. No more adoption rates! Looking for empowerment in agricultural development programmes. **Development in Practice**, 18 (4): 524-538.
- Benatti, J.H. 1999. Unidades de conservação e as populações tradicionais: uma análise jurídica da realidade brasileira. **Novos Cadernos NAEA**, 2 (2): 106-126.
- Cavechia, A. L. 2011. **Manejo da paisagem por populações litorâneas e conservação da agrobiodiversidade**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação em Ecologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.
- De Boef, W.S. & Pinheiro, S. L. G. 2007. Um novo profissional na pesquisa de desenvolvimento agrícola participativo. Capítulo 3.1. In: De Boef, W. S.; Thijssen, M. H.; Ogliari, J. Bernardi; Sthapit, B. (Org.) **Biodiversidade e Agricultores: fortalecendo o manejo comunitário**. Porto Alegre, RS: L&PM.
- De Boef, W.S. & Thijssen, M.H. 2007. **Ferramentas participativas no trabalho com cultivos, variedades e sementes**. Um guia para profissionais que trabalham com abordagens participativas no manejo da agrobiodiversidade, no melhoramento de cultivos e no desenvolvimento do setor de sementes. Wageningen, Wageningen International.
- De Boef, W.S., Peroni, N., Subedi, A., Thijssen, M.H. & O’Keeffe, E. (eds) 2013. **Community biodiversity management: promoting resilience and the conservation of plant genetic resources**. London, Earthscan (in press).

- De Boef, W.S.; Thijssen, M.H. & Verhoosel, K.S. 2013. Community biodiversity management and empowerment. In: De Boef, W.S.; Peroni, N.; Subedi, A.; Thijssen, M.H. & O'Keeffe, E. (eds). **Community biodiversity management: promoting resilience and the conservation of plant genetic resources**. London, Earthscan (in press).
- De Boef, W.S.; Thijssen, M.H.; Shrestha, P.; Subedi, A.; Feyissa, R.; Gezu, G.; Canci, A.; Fonseca Ferreira, M.A.J. da; Dias, T.; Swain S. & Sthapit B.R. 2012. Moving beyond the dilemma: practices that contribute to the on-farm management of agrobiodiversity. **Journal of Sustainable Agriculture**, 36: 788–809.
- Dressler, W.; Büscher, B.; Schoon, M.; Brockington, D.; Hayes, T.; Kull, C.A.; McCarthy, J. & Shrestha, K. 2010. From hope to crisis and back again? A critical history of the global CBNRM narrative. **Environmental Conservation**, 37, p. 5-15.
- Eyben, R.; Kabeer, N. & Cornwall, A. 2008. **Conceptualising empowerment and the implications for pro poor growth: A paper for the DAC Poverty Network**. Institute of Development Studies. 37p. <http://www.gsdrc.org/docs/open/SE8.pdf> (Acesso em 29 setembro 2012).
- Fabiano, R.B. 2007. **Relatório técnico socioeconômico e fundiário para a criação de unidade de conservação na região da Lagoa de Ibiraquera / Santa Catarina**. Projeto Mata Atlântica FAO/GCP/BRA/061/WBK.
- Fabiano, R.B. 2008. **Relatório socioeconômico para a criação da reserva de desenvolvimento sustentável nos areais da ribanceira, no município de Imbituba/SC**. Projeto Mata Atlântica FAO/GCP/BRA/061/WBK.
- Freire, P. 1986. **Educação como prática para a liberdade**. 17a, ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra. 192p.
- Freire, P. 1988. **Pedagogia do oprimido**. 18a, ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 256p.
- Gaventa, J. & Cornwall, A. 2006. Challenging the Boundaries of the Possible: Participation, Knowledge and Power. **Institute of Development Studies (IDS Bulletin)**, 37 (6): 122-128.
- IBGE, 2010. **Contagem da População**. <http://www.ibge.gov.br>. (Acessado em 14/04/2012).
- Kabeer, N. 1999. Resources, Agency, Achievements: Reflections on the Measurement of Women's Empowerment. **Development and Change**, 30(3): 435-464.
- Luttrell, C.; Quiroz, S. Scrutton, C. & Bird, K. 2007. **Understanding and operationalising empowerment**. Poverty-Wellbeing.net. The platform on livelihoods equity and empowerment. Swiss Agency for development and Cooperation.
- Oakley, P. & Clayton, A. 2000. The monitoring and evaluation of empowerment. A Resource Document. **Occasional Papers Series 26**.
- Pinto, M. F. 2010. **Manejo local de agrobiodiversidade: conservação e geração de diversidade de mandioca (*Manihot esculenta* Crantz.) por agricultores tradicionais dos Areais da Ribanceira, Imbituba- SC**. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.
- Sampaio, L.K. 2011. **Etnobotânica e estrutura populacional do butiá, *Butia catarinensis* Noblick & Lorenzi (Arecaceae) na comunidade dos Areais da Ribanceira de Imbituba/SC**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação em Biologia Vegetal, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.
- Shrestha, P.; Subedi, A.; Sthapit, B.R. & De Boef, W.S., 2013. Community biodiversity management: defined and contextualized. In: De Boef, W.S., Peroni, N., Subedi, A., Thijssen, M.H. e O'Keeffe, E. (eds.). **Community biodiversity management: promoting resilience and the conservation of plant genetic resources**. London, Earthscan (in press).
- Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC: lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000; decreto n. 4.340, de 22 de agosto de 2002. 4ª Edição. Brasília: MMA/SBF.
- Sthapit, B.; Subedi, A. & Gautam, R. 2007. Ferramentas práticas que estimulam o manejo comunitário da agrobiodiversidade. Manejo Comunitário da Agrobiodiversidade. In: De Boef, W.S.; Thijssen, M.H.; Oglari, J.B. & Sthapit, B.R. (ed). **Biodiversidade e agricultores: fortalecendo o manejo comunitário**. Porto Alegre, RS: L&PM, p.136-156.



Thijssen, M.H.; De Boef W.S. & Borman, G. (eds), 2012. **Community biodiversity management and empowerment: documentation of the sites included in a global study**, Wageningen: Wageningen UR/CDI. <http://www.cdi.wur.nl/NR/rdonlyres/8A95C897-C42C-4A57-9DDB-5EECF725066/157075/FullTextlight.pdf>. (Acesso em 14/04/2012)

WWF-Brasil. 2007. **Reserva de desenvolvimento sustentável: diretrizes para a regulamentação**. Brasília.

Zank, S.; Assis, A.L.; Borges, M.; Peroni, N. & Hanazaki, N. 2013. The sustainable development reserve: an option for securing livelihoods in Imbituba, Brazil. *In*: De Boef, W.S., Peroni, N., Subedi, A., Thijssen, M.H. e O'Keeffe, E. (eds.). **Community biodiversity management: promoting resilience and the conservation of plant genetic resources**. London, Earthscan (in press).

Apêndice 1 – Indicadores de empoderamento nos domínios social, legal e econômico, para a comunidade dos Areais da Ribanceira.

Tópico		Título Escala	Descrição escala	Escores			
Domínio Social	Sensibilização/Consciência	Grau de conhecimento e sensibilização/consciência sobre os conhecimentos tradicionais acerca das variedades locais e seu uso.	Elementos considerados a partir das oficinas comunitárias e entrevista com agentes externos: 1 - Nenhuma sensibilização/consciência, ou reduzida, ou não se alterou após as atividades CBM; 2-inicial; 3 - Aumento da sensibilização/consciência, mas o conhecimento não é compartilhado; 4 - O conhecimento é compartilhado e documentado; 5 - O conhecimento é compartilhado e documentado e utilizado dentro de um contexto do desenvolvimento.	3			
		Grau de conhecimento e sensibilização/consciência sobre os direitos costumeiros sobre os recursos genéticos.	Elementos considerados a partir das entrevistas com lideranças: 1- Nenhum ou inicial; 2 - Conhecidos, não compartilhados e não utilizados; 3 - Conhecidos, partilhados e não utilizados; 4 - Conhecidos, não compartilhados e utilizados; 5 - Conhecidos, partilhados e utilizados.	4			
	Organização	Grau de participação nas Organizações de Base Comunitária (OBC).	Elementos considerados, a partir das entrevistas com membros de unidades familiares: a) Conhecimento das OBC; b) Participação na votação das OBC; c) Membro de OBC; d) Participação em atividades da OBC; e) Benefícios diretos das OBC. 1 - todos abaixo de 30%; 2- 3 elementos acima de 30%; 3 - 3 elementos acima de 50%, 4 - 3 elementos acima de 70%, 5 - todos elementos acima de 70%.	5			
		Grau em que os membros se consideram beneficiados pelas OBC e grau de conhecimento sobre como os líderes são selecionados.	Elementos considerados, a partir das entrevistas com membros de unidades familiares: 1 - 0-30% dos entrevistados estão cientes dos benefícios e como os líderes são selecionados; 2 - 30-50% estão cientes dos benefícios e como os líderes são selecionados; 3 - 50-70% estão cientes dos benefícios e como os líderes são selecionados; 4 - mais de 70% se beneficiam pouco ou suficiente e estão cientes de como os líderes são selecionados; 5 - mais de 70% são altamente beneficiados e estão cientes de como os líderes são selecionados.	5			
		Grau pelo qual a comunidade participa, e em que medida existe inclusão - mais ativos/ menos ativos.	Elementos considerados, a partir das entrevistas com membros de unidades familiares e oficina com a comunidade: a) Benefícios com a participação; b) Aumento na participação ou participação sempre alta; c) Participação da comunidade em todos os passos; d) Inclusão baseada em gênero, geração, etnia, classe social. 1-0 elementos; 2-1 elemento; 3-2 elementos; 3-3 elementos; 4-4 elementos.	Mais ativos	4	Menos ativos	3
	Tomada de decisão em nível local	Grau no qual comunidade está satisfeita sobre as decisões feitas na OBC - mais ativos/ menos ativos.	% de unidades familiares em que os membros sentem-se parcial ou completamente satisfeitos. 1 - 0-30% de satisfação; 2 - 30-50% de satisfação, 3 - 50-70% de satisfação; 4 - mais de 70% de satisfação; 5 - mais de 70% totalmente satisfeitos.	Mais ativos	4	Menos ativos	4
		Grau de participação / envolvimento dos membros da comunidade nos processos de decisão, planejamento e implementação da feira da mandioca.	Elementos considerados, a partir das entrevistas com membros de unidades familiares, com lideranças e em oficina com comunidade: a) Iniciativa interna; b) Tomada de decisão através da comunidade; c) Comunidade participando do planejamento; d) Comunidade participando na organização; e) Comunidade participando na implementação; f) Comunidade participando no monitoramento. Número de elementos em que há mais de 50% de participação. 1-0 elementos; 2-1 elemento; 3-2 elementos; 4-3 elementos; 5-4 ou mais elementos	3			
	Influência	Grau de acesso aos tomadores de decisão (local, estadual, federal), reconhecimento interno e externo da organização e seus líderes dentro dos processos decisórios.	Elementos considerados a partir de oficina com lideranças: a) acesso aos tomadores de decisão locais (municipal); b) acesso aos tomadores de decisão ao nível estadual ou federal; c) reconhecimento interno da organização; d) reconhecimento interno dos líderes; e) reconhecimento externo. 1 - 0-1 elementos; 2-2 elementos; 3-3 elementos; 4 - 4 elementos; 5-5 elementos.	5			

Domínio Legal	Variedades dos agricultores e conservação	Grau de conscientização sobre os direitos dos agricultores sobre as variedades locais: mais ativos /menos ativos.	Elementos considerados a partir das entrevistas com membros de unidades familiares: a) troca de sementes de variedades locais; b) comercialização de produtos de variedades locais; c) comercialização de sementes de variedades locais; d) registro de variedades locais. Fator de inclusão: mais de 50% dos entrevistados citaram. 1 - nenhum; 2 - consciência sobre troca de sementes; 3 - consciência sobre troca de sementes e de venda de produtos de variedades locais; 4 - consciência de troca sementes, venda de produtos e venda de sementes; 5 - consciência sobre troca de sementes, venda de produtos, venda de sementes e sobre registro de variedades locais.	Mais ativos	3
	Registro Comunitário de Biodiversidade	Grau de conhecimento sobre os sistemas tradicionais / informais, consciência sobre a necessidade de documentar / monitorar e autonomia (capacidade) para documentar / monitorar.	Elementos considerados a partir da entrevista com lideranças: 1 - sem consciência dos sistemas tradicionais/informais, sem consciência e capacidade de documentar / monitorar; 2 - existência de sistema tradicional / informal de registro; 3 - existência de sistema tradicional /informal, consciência inicial sobre a necessidade de documentação para monitorar os fluxos; 4 - existência de sistema tradicional / informal, consciência estabelecida em documentar para monitorar fluxos e planejamento para aumentar a capacidade de documentar; 5 - existência de sistema tradicional / informal, consciência estabelecida em documentar para monitorar fluxos, e capacidade estabelecida para documentar e monitorar os fluxos (externo).		1
	Direitos de Custódia	Grau de consciência, autonomia (capacidade) e ciência sobre custódia e direitos de custódia sobre recursos genéticos (RG).	Elementos considerados a partir da entrevista com lideranças: 1 - sem a consciência sobre a guarda, 2 - Consciência, mas limitada capacidade de se relacionar com custódia e direitos relacionados; 3 - consciência e autonomia inicial (capacidade) de se relacionar com custódia e direitos relacionados; 4 - consciência, capacidade estabelecida sobre os direitos de custódia e consciência inicial sobre as mudanças nos direitos de custódia sobre os RG; 5 - consciência e capacidade estabelecida sobre os direitos de custódia e forte consciência sobre as mudanças nos direitos de custódia sobre RG.		1
	As entidades jurídicas para a gestão da biodiversidade	Grau de sensibilização/ consciência, acesso a recursos e informações, e autonomia (capacidade) para estabelecer uma entidade legal que apóia as práticas CBM.	Elementos considerados a partir da entrevista com lideranças: 1 - Sem sensibilização/consciência, capacidade, nem acesso aos recursos e informações para prosseguir na criação de uma entidade jurídica; 2 - Sensibilização/consciência sobre a necessidade de estabelecer uma entidade jurídica, mas o acesso limitado aos recursos e informações, sem autonomia (capacidade); 3 - Sensibilização/consciência sobre a necessidade, acesso estabelecido a recursos e informações através de terceiros, e autonomia (capacidade) limitada para prosseguir na criação de uma entidade jurídica; 4 - Sensibilização/consciência, acesso estabelecido a recursos e informações através de terceiros, e consciência inicial para aumentar a autonomia (capacidade) para estabelecer uma entidade jurídica; 5 - Sensibilização/consciência, acesso estabelecido a recursos e informações, e autonomia (capacidade) para prosseguir na criação de uma entidade jurídica.		5
	Acesso e Repartição de Benefícios (legal / formal)	Grau de Sensibilização/ consciência, acesso a recursos e informações, e autonomia (capacidade) para exercer os direitos de repartição de benefícios.	Elementos considerados a partir de entrevista com lideranças: 1 - Sem Sensibilização/consciência e capacidade, nem acesso aos recursos e informações para exercer direitos de repartição, 2 - Sensibilização/consciência, acesso limitado aos recursos e informações através de terceiros, falta de autonomia (capacidade) para exercer os direitos; 3 - Sensibilização/consciência, acesso estruturado a recursos e informações através de terceiros, mas limitada autonomia (capacidade) para exercer os direitos; 4 - Sensibilização/ consciência, acesso estabelecido a recursos e informações através de terceiros, e consciência para aumentar a autonomia (capacidade de melhorar) para exercer os direitos de repartição; 5-Sensibilização/ consciência, acesso estabelecido a recursos e informações através de terceiros, se necessário, e de autonomia (capacidade) para exercer os direitos de repartição.		1
	Sensibilizar/ Influenciar governo local	Grau de capacidade de influência, nos resultados e nas políticas que permitam as práticas CBM.	Elementos considerados a partir da entrevista com lideranças: 1 - Sem capacidades para influenciar governo local; 2 - capacidade inicial para influenciar o governo local, mas não houve resultados, 3 - capacidades estabelecidas para influenciar o governo local e com resultados iniciais, 4 - capacidades estabelecidas para influenciar o governo local, resultados contínuos e sustentados, esforços iniciais para desenvolver políticas que permitam as práticas CBM; 5 - capacidades estabelecidas para influenciar o governo local, resultados contínuos e sustentados, e existência de políticas que permitam as práticas CBM		3
	O acesso a fundos do governo e de outras instituições	Grau de autonomia/ capacidade, resultando em recursos para CBM e parcerias que suportem as práticas CBM.	Elementos considerados a partir de entrevista com lideranças: 1 - Sem capacidade de acesso a recursos para o CBM, 2 - capacidade inicial para acessar recursos para o CBM, porém nenhum resultado ainda, 3 - capacidades estabelecidas para acesso a recursos para CBM e recursos iniciais disponíveis; 4 - capacidades estabelecidas de acesso a recursos para CBM, parcerias de longo prazo de apoio a CBM, em fase de planejamento; 5 - capacidades estabelecidas de acesso aos recursos para CBM, parcerias de longo prazo de apoio CBM estabelecidas e funcionando.		4
	Capacidades e recursos para transformar os sistemas informais relacionados com CBM em sistemas formais	Grau de consciência sobre o sistema informal: consciência da possibilidade de transformar sistemas tradicionais em sistemas formais, acesso à informação e recursos necessários a esta transformação, resultados de tais transformações e criação de unidades jurídicas.	Elementos considerados a partir de entrevista com lideranças e agentes externos: 1 - Nenhuma consciência sobre sistemas informais e sobre a possibilidade de se transformar em sistemas formais; 2 - Conscientização sobre o sistema tradicional e consciência inicial para transformá-lo em um sistema formal; 3 - Consciência sobre o sistema informal e sobre a necessidade de transformá-lo em sistema formal, acesso à informação e recursos por meio de agentes externos, e esforços iniciais para a formalização do sistema; 4 - Consciência sobre o sistema informal e sobre a necessidade de transformá-lo em sistema formal, acesso à informação e recursos por meio de agentes externos, com processo completo para formalizar o sistema, mas ainda sem uma unidade jurídica estabelecida; 5 - Consciência sobre o sistema informal e sobre a necessidade de transformá-lo em sistema formal, acesso à informação e recursos por meio de agentes externos, sistema formal dentro de uma unidade legal.		4

Domínio Econômico	Bens materiais	Bens coletivos e das organizações de base comunitária.	Elementos considerados a partir da entrevista com lideranças: 1 - ausência de estruturas coletivas, 2 - estruturas coletivas on farm, 3 - estruturas coletivas off farm; 4 - estruturas on farm e off farm, mas sem instrumentos legais definidos; 5 - estruturas on farm e off farm e instrumentos legais definidos.	2
	A renda familiar (nível comunitário)	Percepção individual de mudanças na renda relacionada às atividades CBM.	Elementos considerados a partir das entrevistas com membros de unidades familiares (>50% das respostas) 1 - grande mudança negativa após as atividades CBM; 2 - pequena mudança negativa; 3 - sem mudança; 4 - pequena mudança positiva; 5 - grande mudança positiva.	3
	Finanças / Crédito	Acesso e uso de crédito.	Elementos considerados a partir da oficina comunitária: 1 - sem acesso; 2 - consciência sobre acesso a crédito individual, mas não para atividades coletivas; 3 - utilização de crédito em nível individual, o conhecimento inicial para a utilização de crédito para atividades coletivas; 4 - utilização de crédito em nível individual, uso inicial de crédito para atividades coletivas; 5 - utilização bem estabelecida de crédito em nível individual e coletivo.	1
		Existência de um fundo comunitário ou de estrutura semelhante	Elementos considerados a partir da oficina comunitária: 1 - nenhum fundo; 2 - consciência para iniciar um fundo; 3 - plano para o estabelecimento de um fundo; 4 - fundo inicial estabelecido e primeiros recursos sendo utilizados; 5 - fundo em funcionamento e recursos sendo usados através de um processo estruturado e transparente.	4
	Acesso ao mercado – produtos agrícolas	Mudança para produtos com valor agregado de variedades locais	Elementos considerados a partir de entrevistas com agentes externos: 1 - nenhum; 2 - um produto em estágio inicial agregação de valor; 3 - um produto com valor agregado em estágio estabilizado; 4 - um produto com valor agregado em estágio estabilizado e um produto com valor agregado em estágio inicial; 5 - dois os mais produtos com valor agregado em estágio estabilizado.	1
		Mudanças no mercado para produtos de variedades locais.	Elementos considerados a partir de entrevistas com agentes externos: 1 - nenhum; 2 - mercado local inicial; 3 - mercado local estabelecido e presença inicial em mercado regional; 4 - mercado local e regional estabelecido, “portfólio” do produto está em estágio inicial de diversificação para mercados diferenciados; 5 - “portfólio” do produto está diversificado e estabelecido em mercados diferenciados.	1
		Capacidade em empreendedorismo na adição de valor à base de produtos de culturas e variedades locais e gestão da cadeia de valor.	Capacidades consideradas a partir de entrevistas com agentes externos: conhecimento sobre: a) a cadeia e seus componentes, b) operadores e prestadores de serviço, c) fornecedores de insumo e compradores, d) valor agregado, e) certificação do produto e f) diferenciação de produto. 1 - nenhum; 2-1 capacidade; 3-2 capacidades; 4-3 capacidades; 5-4 ou mais capacidades.	3
		Capacidade de fixação de preços e influenciar fixação de preços.	Elementos considerados a partir de entrevistas com agentes externos: 1 - nenhuma, 2 - pouca autonomia - dependência de outros operadores na cadeia de valor; 3 - alguma autonomia - negociação com os diferentes operadores na cadeia de valor; 4 - alguma autonomia - vários componentes da cadeia de valor estão dentro da organização da comunidade; 5 - autonomia, vários componentes da cadeia de valor estão no âmbito das organizações da comunidade, e negociação com outras operadores e diversos clientes, a fim de buscar o lucro máximo.	1



